



Ata da 4ª Reunião Plenária Ordinária – Gestão 2024-2026

Conselho de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo – CAU/SP

1 Às nove horas do vigésimo quinto dia de abril do ano de dois mil e vinte e quatro, em
2 São Paulo - SP, teve início a 4ª Reunião Ordinária do Conselho de Arquitetura e
3 Urbanismo de São Paulo – Gestão 2024-2026, sob a direção da presidente do CAU/SP
4 **CAMILA MORENO DE CAMARGO. ORDEM DOS TRABALHOS:** I. Verificação do quórum;
5 II. Execução do Hino Nacional Brasileiro; III. Leitura e discussão da pauta; IV. Discussão
6 e aprovação da ata: 3ª Reunião Plenária Ordinária da gestão 2024-2026; V.
7 Apresentação de Comunicações: a) do Colegiado das Entidades de Arquitetos e
8 Urbanistas (CEAU-CAU/SP); b) da Ouvidoria; c) dos Coordenadores de Comissões
9 Permanentes; d) da conselheira federal representante do Estado de São Paulo; e e) do
10 Presidente. VI. Comunicados dos conselheiros. VII. Assuntos de Interesse Geral:
11 Apresentação dos 100 dias de Gestão e Atendimento Digital (apresentação). VIII.
12 ORDEM DO DIA: 1. Reconhecimento de registro para cursos EaD (Origem: CD-CAU/SP);
13 2. Prestação de contas do 1º trimestre de 2024 (Origem: Gerência Financeira e CPFi-
14 CAU/SP); 3. Apresentação das diretrizes orçamentárias para reprogramação (Origem:
15 Gerência Financeira e CPFi-CAU/SP); 4. Julgamento de recursos contra decisão de não
16 acatamento de denúncia - Processo 00179.002013/2023-86 - Cons. Alda Paulina dos
17 Santos (Origem: CED-CAU/SP); Processo 0179.001444/2023-25 - Relatora Cons. Marcia
18 Mallet Machado De Moura (Origem: CED-CAU/SP); Processo 00179.003165/2023-04 -
19 Relator Cons. Éderson da Silva (Origem: CED-CAU/SP); 5. Processos de fiscalização -
20 1000067742/2018 - Relator: Adriano Cotrim Pita (Origem: CEP-CAU/SP);
21 1000134513/2021 - Relator: Andreia de Almeida Ortolani (Origem: CEP-CAU/SP);
22 1000170036-01A - Relator: Francisco Otaviano Merli do Amaral (Origem: CEP-CAU/SP);
23 6. EXTRA PAUTA: Calendário de reuniões 2024 (Origem: CD-CAU/SP). A lista de
24 presença foi assinada por setenta e dois participantes, sendo sessenta e cinco
25 conselheiros titulares e sete suplentes de conselheiros no exercício da titularidade,
26 sendo estas as senhoras e senhores: Dawerson da Paixão Ramos, Gabriela Gonzales
27 Peronti, Igor Cortinove, Wesley Café Calazans, Jessica Aparecida Silva Oliveira, Bárbara
28 Caetano Damasceno, Carolina Maria Pozzi de Castro. Iniciando a plenária, a presidente
29 **CAMILA MORENO DE CAMARGO**, cumprindo o **ITEM I. Verificação do quórum**,
30 confirmou o quórum regimental como suficiente para início dos trabalhos. Após a
31 **execução do Hino Nacional Brasileiro (ITEM II)** a presidente passou ao **ITEM III.**
32 **Leitura e discussão da pauta** sobre o qual a presidente sugeriu que o **ITEM VI.**
33 **Comunicados dos conselheiros** ficasse para o final, o que foi acolhido pela plenária. O
34 conselheiro **VICTOR CHINAGLIA JUNIOR** pediu a palavra, por questão de ordem,
35 dizendo que no último dia 19 o arquiteto e urbanista Ciro Pirondi ganhou prêmio
36 global de arquitetura sustentável da Bienal de Veneza, que é um prêmio internacional,
37 dado a cada arquiteto por continente e ele foi escolhido pelo continente americano e o
38 conselheiro propôs que na próxima reunião plenária fosse feita uma homenagem ao
39 arquiteto, ganhador do prêmio, por ser uma premiação importante principalmente
40 para a arquitetura brasileira, o que foi aprovado por aclamação pelos presentes. **ITEM**
41 **V - Apresentação de comunicações: a) do Colegiado das Entidades de Arquitetos e**
42 **Urbanistas (CEAU-CAU/SP)**. A presidente informou que o coordenador do CEAU teve
43 problemas pessoais e não pode estar presente. **ITEM V - Apresentação de**
44 **comunicações: c) da Ouvidoria**. O ouvidor **RICARDO SILLOTO DA SILVA** informou que



45 no último período houve 157 manifestações das quais, até fim de março, foram
46 atendidas 156 e, dessas, 61% foram de segunda instância. Segundo ele, foram feitas
47 10 sugestões de melhorias e em relação às regionais Sorocaba foi a que mais
48 demandou e Rio Preto a que menos demandou. Com relação aos canais utilizados
49 foram 37% por e-mail e 63% pelo Fala.BR. 46% foram solicitações e 30% reclamações –
50 considerado ponto favorável pelo Ouvidor, sendo que o índice de reclamações em
51 períodos anteriores era alto. 15% foram denúncias, nenhuma atingindo o CAU ou
52 profissionais. O prazo de resposta foi de 1,04 dias úteis, quando feito somente pela
53 Ouvidoria e de 3,87 dias úteis no geral. Os principais pedidos de informações e
54 solicitações ainda permanecem sobre registro profissional e as reclamações foram
55 sobre erros no sistema. Finalizando, o ouvidor destacou dois pontos: primeiro, com
56 relação à agilidade da gestão na organização e estruturação de seu planejamento
57 estratégico e temas abordados; segundo, sobre a maneira com que está sendo
58 conduzida a participação na Conferência das Cidades. **ITEM V - Apresentação de**
59 **comunicações: c) dos Coordenadores de Comissões Permanentes.** Pela COA a
60 coordenadora **HAINRA ASABI ALVES COSTA** informou que a Comissão tem tido muita
61 demanda e tem se debruçado sobre a pauta de discussão sobre a fiscalização do BR nas
62 UFs, algo que preocupa e que na sua opinião deve ser mais bem estruturada,
63 entendendo a dinâmica das UFs e o quanto são diversas e distantes da realidade de
64 São Paulo. Para além disso, ela complementou, a COA tem se preocupado em
65 entender e acompanhar os projetos apresentados com olhar na questão
66 organizacional. **ITEM IV - Apresentação de comunicações: c) dos Coordenadores de**
67 **Comissões Permanentes.** Pela CPFi, o coordenador **ANDRÉ GONÇALVES DOS RAMOS**
68 comunicou que a Comissão trabalhou, especialmente na última semana, na prestação
69 de contas e no balanço contábil do primeiro trimestre de 2024, e também sobre prazos
70 e programas para a reprogramação orçamentária de 2024 e planejamento estratégico.
71 Ele ainda disse que a CPFi também trabalhou em algumas indicações que o CAU/BR
72 efetuará sobre licença de parentalidade, descontos relativos a novos ingressos ao CAU
73 de formandos que cursaram a universidade através de políticas afirmativas e
74 encaminhou as principais normativas sobre as atuações que a CPFi faz, para que possa
75 dar maior conhecimento aos demais sobre como atuar financeiramente, sobre os
76 impactos que a CPFi observa em seus trabalhos rotineiros. **ITEM V - Apresentação de**
77 **comunicações: c) dos Coordenadores de Comissões Permanentes.** Pela CEP, a
78 coordenadora **RENATA BALLONE** disse que a Comissão teve um aumento grande nos
79 pedidos de registro de PJ, devido ao credenciamento da Caixa Econômica. Diante
80 disso, houve total empenho do corpo técnico do Conselho, inclusive com realização de
81 uma live para explicar sobre a documentação necessária e solicitada e deferida a
82 prorrogação no prazo em uma semana. Ela também informou que foram definidas, no
83 plano de ação, as ações em que a CEP pode contribuir dentro dos programas do
84 planejamento estratégico da gestão, deliberada programação orçamentária e os
85 nomes dos Conselheiros indicados para seleção e monitoramento do Programa de
86 Residência Técnica na prefeitura de São Paulo – Programa de Qualificação em Políticas
87 Públicas para Arquitetura e Urbanismo. Quanto ao pedido, feito na última plenária, de
88 criação da Comissão Temporária de Valorização Profissional, a coordenadora
89 comunicou que a Comissão voltou atrás porque fez uma leitura equivocada da
90 proposta, após conversa com o Conselheiro que propôs, e que na próxima plenária
91 será trazida a criação da Comissão Temporária de Arquitetura de Interiores. Também a



92 CEP aprovou o texto para a revista Mobile, escrito por conselheiros da Comissão e
93 realizou reunião técnica sobre a proposta de RRT vinculado – concessão de descontos
94 progressivos em RRTs decorrentes de uma primeira RRT. **ITEM V - Apresentação de**
95 **comunicações: c) dos Coordenadores de Comissões Permanentes.** Pela CF, o
96 coordenador **EDUARDO SALGADO MARCONI** informou que a Comissão aprovou o
97 texto para a revista Mobile, de autoria da conselheira Alda Santos e contribuições dos
98 demais membros, realizou leitura comentada do Plano Nacional de Fiscalização que
99 norteará o Plano Estadual de Fiscalização e trouxe alguns dados, relativos à equipe de
100 fiscalização do CAU/SP, que conta com 18 fiscais no estado inteiro, sendo 15 fiscais em
101 campo: de janeiro a abril foram 344 denúncias, 94% com apuração iniciada, 5% dentro
102 período de 15 dias e 1% atrasada, o destaque é que o tempo médio reduziu,
103 comparado a 2023, de 15 dias para 10 dias; das demandas reativas 49 foram
104 relacionadas ao exercício profissional, 23 questões ético-disciplinares e 17 relativas ao
105 salário mínimo profissional; das ações proativas – 457 ações realizadas, das quais 68 de
106 forma proativa e em andamento a fiscalização de três eventos; no período foram 675
107 ações - das irregularidades apenas 6% viraram auto de infração, 40% foram
108 regularizadas antes da ação punitiva e 54% estão em andamento. **ITEM V -**
109 **Apresentação de comunicações: c) dos Coordenadores de Comissões Permanentes.**
110 Pela CATHIS, a coordenadora **SAMIRA RODRIGUES DE ARAÚJO BATISTA** comunicou
111 que a Comissão realizou reuniões para retomada de parcerias, uma delas com a
112 Defensoria Pública, no convenio já existente e com a possibilidade de ampliação e
113 atuação no tema da reintegração de posse para ações mais efetivas. Ela ainda
114 informou que a Comissão realizou reunião com a prefeitura de Piracicaba, que aprovou
115 a Lei de ATHIS, está implementando o programa e está em elaboração a minuta do
116 termo de cooperação para iniciar o trabalho conjunto. Outra reunião, segundo ela, foi
117 com o Consórcio ABC com o qual o trabalho conjunto está sendo retomado. Na
118 subcomissão de Editais está em elaboração o edital de fomento de ATHIS, com
119 colaboração da CPAF e na de Mapeamento está em andamento o trabalho de
120 levantamento de dados sobre ATHIS no estado, a partir de levantamentos do CAU/BR
121 e ação conjunta também com o Mapa de Periferia do Ministério das Cidades. Ela
122 também disse que foi finalizado o plano de ações da CATHIS. **ITEM V - Apresentação**
123 **de comunicações: c) dos Coordenadores de Comissões Permanentes.** Pela CED, o
124 coordenador **GILBERTO SILVA DOMINGUES DE OLIVEIRA BELLEZA** disse que a
125 Comissão tinha, até o dia anterior, quase 400 processos a serem relatados e a
126 Comissão conta com cinco integrantes, ou seja, quase 80 processos por integrante da
127 Comissão. Isso faz com que, na sua opinião, seja necessária uma reflexão, inclusive em
128 termos de Regimento, de quantidade mínima de integrantes nessa Comissão. Ainda,
129 considerando o número crescente de processos contra arquitetos, o coordenador
130 considera importante uma reflexão acerca do assunto e dar transparência a essas
131 informações, inclusive para alertar os colegas, porque muitos processos, embora
132 possam se encerrar de forma simplificada, geram muita dor de cabeça aos
133 profissionais que têm que contratar advogados para apresentar defesa etc. Ele ainda
134 informou que, ainda em virtude da quantidade de processos na CED, está sendo
135 sugerido um seminário entre CED, CEP e a CF para que se possa manter identidade no
136 relato e encaminhamento dos processos. A Comissão também sugere que no próximo
137 semestre possa haver um seminário nacional para trazer os conselheiros de ética de
138 todo o Brasil para conhecer a realidade de São Paulo, no intuito de influenciar e



139 fundamentar decisões nacionais. **ITEM V - Apresentação de comunicações: c) dos**
140 **Coordenadores de Comissões Permanentes.** Pela CCom, a coordenadora **PAULA**
141 **RODRIGUES DE ANDRADE** disse que a Comissão se dedicou à elaboração de diretrizes
142 e projetos que farão parte dos programas de planejamento estratégico da gestão e de
143 diretrizes para publicação do Guia de Normas e Legislações do CAU/SP. Com relação à
144 revista Mobile ela informou que o Conselho Editorial se reuniu e recebeu os artigos das
145 Comissões e dos Conselheiros que contribuíram e agradeceu a grande contribuição.
146 Segundo ela, a edição 27 está em revisão e edição final. A CCom também participou do
147 5º Encontro Nacional de Assessorias de Comunicação, promovido pelo CAU/BR em
148 Brasília, que reuniu assessores de comunicação dos CAU/UF para troca de experiências
149 e debates sobre o futuro da comunicação no Conselho. De acordo com a
150 coordenadora, a equipe de comunicação igualmente teve destaques sobre as
151 atividades como a elaboração de materiais e divulgação de projetos: 100 dias de
152 gestão; programação de qualificação em políticas públicas, em parceria com a
153 prefeitura de São Paulo; credenciamento para prestação de serviços junto à Defensoria
154 Pública do estado de São Paulo; e, cadastro e acompanhamento de denúncias. Quanto
155 às atividades de divulgação e registro ela destacou a participação no projeto ações de
156 acolhimento, mentoria e apoio profissional na cidade de Bauru, São José do Rio Preto,
157 Ribeirão Preto e Santos e nas atividades de reuniões junto ao Iphan, Defensoria
158 Pública, prefeitura de Piracicaba e outras iniciativas relacionadas a ATHIS. Houve
159 ampliação no trabalho de registro e elaboração de peças de divulgação dos trabalhos
160 das Comissões do CAU/SP de maneira constante, realizados tanto interna e
161 externamente, a partir de linguagem simples e didática. Finalizando, ela informou que
162 foram iniciados os trabalhos da parceria junto à ONU Habitat com a elaboração de
163 materiais de comunicação. **ITEM V - Apresentação de comunicações: c) dos**
164 **Coordenadores de Comissões Permanentes.** Pela CPAF, a coordenadora-adjunta
165 **NADIR MOREIRA DA SILVA** informou que a Comissão teve encontro com a
166 coordenadora do CAU/BR para falar de assuntos inerentes à Comissão e criou uma
167 subcomissão para trabalhar no edital da CEF e o mesmo para a CATHIS. Ainda de
168 acordo com a coordenadora-adjunta, houve agenda com o Instituto Cambará de
169 fomento à arquitetura afro-brasileira, em conjunto com a CRI e a presidência e reunião
170 com a Casa Cor, também com a CRI e o IAB. **ITEM V - Apresentação de comunicações:**
171 **c) dos Coordenadores de Comissões Permanentes.** Pela CEF, a coordenadora **VIVIANE**
172 **MANZIONE RUBIO** comunicou que a Comissão participou do Fórum de Coordenadores
173 da CEF/BR e realizou ações de colhimento em Ribeirão Preto, São José do Rio Preto,
174 Santos e Bauru. Ela ainda informou que houve reunião da subcomissão de Boas
175 Práticas e montada subcomissão para formação de Câmara Temática relacionada à
176 qualidade dos planos de ensino. Por fim, a coordenadora disse que no Programa de
177 Capacitação para Políticas Públicas da prefeitura de São Paulo têm 48 inscrições dentro
178 do acordo de cooperação e que foi realizado treinamento, pela equipe da prefeitura,
179 em heteroidentificação para o processo seletivo. **ITEM V - Apresentação de**
180 **comunicações: c) dos Coordenadores de Comissões Permanentes.** Pela CRI, o
181 coordenador **RAFAEL PAULO AMBROSIO** informou que a Comissão desenvolveu e
182 acompanhou algumas reuniões voltadas ao fortalecimento das ações institucionais do
183 Conselho, esteve em reunião com o IPHAN para discussão de formalização de acordo
184 de cooperação técnica para atuação conjunta nas questões de patrimônio no estado e
185 deu andamento às tratativas para realização da Mostra de Arquitetura Italiana em São



186 Paulo, em função das comemorações dos 150 anos da imigração italiana no estado. Ele
187 ainda comunicou que seguem as tratativas com a CEP e CDP para articulação com o
188 SEBRAE para viabilização de conteúdos específicos para arquitetos nos cursos da
189 entidade. Finalizando, o coordenador colocou a CRI à disposição de todas as outras
190 Comissões, por tratar-se de Comissão meio, para trabalho conjunto. **ITEM V -**
191 **Apresentação de comunicações: c) dos Coordenadores de Comissões Permanentes.**
192 Pela CDP a coordenadora **MARIA JOCELEI STECK** informou que a Comissão está
193 discutindo a reprogramação do plano de ação e orçamento, visando o
194 desenvolvimento dos projetos e ações no ano. **ITEM V - Apresentação de**
195 **comunicações: c) dos Coordenadores de Comissões Permanentes.** Pela CMU o
196 coordenador **EDER ROBERTO DA SILVA** informou que a Comissão se debruçou sobre
197 ações e projetos, cumprindo o calendário do planejamento estratégico. Ele destacou
198 que já há uma ação em andamento para resgate do termo de cooperação técnica com
199 a ANTT, para a qual foi montada uma subcomissão para tratar do assunto. Também foi
200 definida ação imediata de aproximação com a sociedade organizada em torno dos
201 modais, com a ideia de estruturar formas mais robustas de trabalho conjunto em todo
202 o estado. **ITEM V - Apresentação de comunicações: c) dos Coordenadores de**
203 **Comissões Permanentes.** Pela CPC a coordenadora **MAIRA DE CAMARGO BARROS**
204 informou que houve reunião da Comissão na qual foram tratadas alterações no PAT
205 Cultural e aprovada minuta, já encaminhada ao departamento responsável, com nova
206 proposta. Também foi montada nova subcomissão para desenvolvimento do evento
207 de agosto e elaborada proposta para o plano de ação. A comissão, ainda segundo a
208 coordenadora, também participou de reunião com superintendente do IPHAN, visando
209 um acordo de cooperação técnica, indispensável para se atingir uma política de
210 patrimônio estadual e de reunião na Praça das Artes, tratando de acordo de
211 cooperação técnica, assinado no fim do ano passado entre CAU/SP e a Fundação,
212 visando colocar em prática as ações. Por fim, ela comunicou que houve reunião com
213 especialista da área para que a CPC possa contribuir com a conservação da produção
214 dos arquitetos e urbanistas. **ITEM V - Apresentação de comunicações: c) dos**
215 **Coordenadores de Comissões Permanentes.** Pela CAC o coordenador **JOSÉ ANTONIO**
216 **LANCHOTI** informou que a Comissão fez duas reuniões no mês e houve discussões
217 sobre o planejamento estratégico e disse que acessibilidade ainda é tema que deve ser
218 muito trabalhado. Também foram realizadas algumas contribuições na alteração da
219 resolução 146, do CAU/BR, sobre a carteirinha, que da forma como está proposta não
220 atende os profissionais portadores de deficiência. Ainda, de acordo com o
221 coordenador, a Comissão está realizando uma pesquisa de autoidentificação de
222 Conselheiros com deficiência e também de funcionários do CAU/SP e foi deliberado o
223 encaminhamento para o Conselho para que seja feito estudo para inserção de
224 banheiro para pessoas com colostomia, no projeto de reforma da sede, e que o
225 CAU/BR considere a medida também para todos os estados. Igualmente a Comissão
226 elaborou texto para a revista Móbile falando sobre construção de cidade acessível e o
227 papel do arquiteto. Por fim, a CAC agendou reunião com a Secretaria Municipal da
228 Pessoa com Deficiência para continuação do acordo de cooperação técnica. O
229 coordenador ainda pediu que a representante do CAU/BR leve uma provocação sobre
230 a criação de uma CAC Nacional, sendo que a Comissão só existe no Rio de Janeiro e em
231 São Paulo. **ITEM V - Apresentação de comunicações: c) dos Coordenadores de**
232 **Comissões Permanentes.** Pela CTIC a coordenadora **ROSANA FERRARI** informou que a



233 Comissão criou três eixos a serem trabalhados durante os três anos e já avançou na
234 demanda da proposta de parceria com o Instituto e-BIM que será encaminhada ao
235 jurídico e à CRI para averiguação do convênio. Com relação à inteligência artificial a
236 coordenadora comunicou que foi criada a subcomissão para montagem da proposta
237 da Câmara Temática de Inteligência Artificial, porque já é assunto que permeia o dia a
238 dia. Ela também disse que a CTIC contribuiu com artigo para a revista Mobile sobre o
239 tema de cidades inteligentes e realizou palestra, em Assis, na Fema, sobre tecnologias
240 interativas na Arquitetura e Urbanismo que atraiu bastante os alunos. No plano de
241 ação a Comissão considerará a participação em eventos por São Paulo e BR, a presença
242 em eventos do CAU/BR em São José dos Campos, no Parque Tecnológico, e a
243 realização de palestras junto com a CEF. **ITEM V - Apresentação de comunicações: c)**
244 **dos Coordenadores de Comissões Permanentes.** Pela CPUAT o coordenador-adjunto
245 **VICTOR CHINAGLIA JUNIOR** informou que foram criadas duas subcomissões, uma de
246 planejamento e outra de mudanças climáticas, fundamentais inclusive para a
247 organização da agenda que balizará o Conselho em sua política maior, que ele espera
248 que seja medida na Conferência nos próximos anos. As duas subcomissões estão
249 trabalhando no planejamento e darão ênfase na questão social, de classe social,
250 quanto ao racismo ambiental e a justiça ambiental, pilares fundamentais que atingem
251 não só o território, mas principalmente a sociedade como um todo e, principalmente,
252 as camadas mais populares e trabalhadores e aqueles que não têm a posse da terra.
253 **ITEM V - Apresentação de comunicações: d) da conselheira federal representante do**
254 **Estado de São Paulo.** A representante **ROSSELA ROSSETO** informou que ocorre
255 plenária no CAU/BR que discute dois assuntos relacionados diretamente aos
256 Conselheiros – um é a proposta de suspensão da resolução aprovada sobre o código
257 de conduta do Conselheiro; e outro a criação de comissão temporária para discutir a
258 Caixa de Assistência do CAU. Ela ainda comunicou que foi iniciado processo de revisão
259 do regulamento eleitoral e que virá para contribuições dos CAU/UF. **ROSSELA**
260 **ROSSETO** destacou também o anteprojeto que regulamenta intervenção do BR nas
261 Unidades da Federação que requer atenção, a revisão da tabela de honorários, os
262 honorários de sucumbência, alteração na regulamentação do compartilhamento do
263 CSC e comentou que em maio as reuniões do BR ocorrerão em São Paulo, momento
264 para ela importante para interação e para levar as pautas do CAU/SP. Quanto às
265 questões apontadas pelos coordenadores de Comissões, a representante afirmou que
266 serão encaminhadas por ela ao BR. Ainda ela disse que a CPFi discute a reestruturação
267 do fundo de apoio e dos CAU/UF básicos; a CPUA retomou acordos com Ipea para
268 mapeamento das OSC's que trabalham com ATHIS, com o Iphan para atuação de ATHIS
269 nas áreas acauteladas e que o observatório de ATHIS já tem bastante material
270 coletado. Por fim, a representante informou que o CAU/BR revogou a Resolução 8801,
271 determinou o registro imediato de todos os egressos de EAD e a desistência das ações
272 em curso por ter uma ação do CADE contra o CAU. Ao mesmo tempo, a CEF foi
273 recebida pelo MEC e pelo Conselho Nacional de Educação, quando foram aprovadas as
274 DCN e passadas às comissões para homologação, onde a questão do presencial está
275 colocada como fundamental. Ela deixou como sugestão que os detalhes sobre o
276 assunto sejam objeto de apresentação pela Conselheira Adjunta da CEF-CAU/BR. O
277 Conselheiro **EDER ROBERTO DA SILVA** observou ter sido uma boa surpresa saber da
278 discussão sobre a Caixa de Assistência, demanda antiga dos profissionais, e ressaltou a
279 importância da participação da CPFi do CAU/SP na Comissão Temporária que tratará



280 do assunto. O Conselheiro **GILBERTO SILVA DOMINGUES DE OLIVEIRA BELLEZA**
281 referendou o destaque do Conselheiro **EDER ROBERTO DA SILVA** dizendo que seria até
282 desrespeitosa a não participação do CAU/SP, estado que contribui com 40% da
283 arrecadação. A Conselheira **HAINRA ASABI ALVES COSTA** perguntou se há discussão
284 em aberto sobre jetom e diárias, tendo em vista a dinâmica estadual que tem
285 Conselheiros que residem na região metropolitana e não têm condição mínima para
286 exercer seu papel como Conselheiro. A representante disse que anotou as questões e
287 que seria importante fazer alguns extratos das falas e encaminhar oficialmente ao BR.
288 Quanto ao assunto, ela afirmou desconhecer alguma discussão sobre o tema no
289 momento. **ITEM V - Apresentação de comunicações: e) da presidente.** A presidente
290 iniciou reforçando a importância da agenda de maio, com reuniões do CAU/BR no
291 estado e atualizou o papel do CAU/SP na Conferência das Cidades, informando que na
292 última reunião da Comissão Organizadora o Conselho entrou no Grupo de Trabalho de
293 Mobilização e Engajamento, tom adotado para sua atuação, inclusive com estímulo à
294 participação das prefeituras, juntamente com o CEAU, para realização das
295 Conferências Municipais. Ela ainda informou a realização de Ciclo de Debates,
296 organizado com o IAB São Paulo, motivado pela polêmica em torno do concurso de
297 projeto da nova sede do Governo do Estado de SP, o convite já está sendo transmitido,
298 inclusive com os temas de debates das três mesas, com a participação de diversos
299 agentes para que o debate possa ser amplamente público e que oportunize a
300 construção de um posicionamento do CAU/SP em torno da questão. Sobre o Fórum de
301 Presidentes, ocorrido na semana anterior, ela comunicou ter sido discutida a
302 intervenção do CAU/BR e que o posicionamento do CAU/SP foi de que a minuta
303 encaminhada foi superficial e não tem embasamento jurídico adequado, que os
304 CAU/UF não podem aceitar tal documento, que inclusive não incorporou nenhuma das
305 contribuições enviadas, fruto de três anos de discussões no CAU/SP. Outro tema
306 abordado no Fórum foi a Câmara Temática de Empreendedorismo, criada pelo
307 CAU/BR, para a qual todos os estados têm que indicar participante e o CAU/SP indicou
308 o arquiteto Eduardo Nogueira Martins, que é suplente de Conselheiro. Ainda, CPFI-
309 CAU/BR apresentou alguns estudos de auditoria feitos nos CAU básicos sobre aporte
310 emergencial, a ser feito em 2024. Ela inclusive destacou que houve rearranjo na
311 classificação de básicos (no total de 10), médios e grandes e que o anúncio do aporte
312 emergencial foi pautado no Fórum para os CAU/UF assumissem no próximo ano o
313 mesmo aporte e o posicionamento do Fórum foi de que o estudo tinha lacunas, houve
314 reivindicação dos CAU/UF maiores para que haja melhor estudo e desenvolvimento de
315 plano de trabalho que justifique o aporte, ou seja não houve votação pela sinalização.
316 A dívida ativa e medias de cobrança foi outro tema tratado no Fórum, sobre o qual
317 inclusive os CAU/SP e CAU/RJ juntaram as equipes técnicas e a recomendação
318 conjunta foi acolhida pelo Fórum para que o CAU/BR revisse suas resoluções que
319 limitam atualização dos cadastros dos arquitetos no SICCAU, que impedem a cobrança
320 de forma mais efetiva. Por fim, **CAMILA MORENO DE CAMARGO** apresentou a nova
321 equipe de funcionários ligados ao gabinete, à gerência geral e à SGO. **ITEM IV.**
322 **Discussão e aprovação da ata: 3ª Reunião Plenária Ordinária da gestão 2024-2026,**
323 **aprovada por aclamação. ITEM VII. Assuntos de Interesse Geral: Apresentação dos**
324 **100 dias de Gestão.** A presidente esclareceu não se tratar de ponto de deliberação,
325 mas apenas para marcar as ações importantes no início de gestão e que anunciam um
326 caminho. Assim, ela apresentou o Planejamento Estratégico e seu cronograma, para o



327 qual todos os Conselheiros e Comissões vêm contribuindo e que vem sendo discutido
328 no Fórum de Comissões. Segundo ela, o Planejamento Estratégico deve seguir até
329 junho, num esforço de vincular o calendário da reprogramação orçamentária ao
330 planejamento. Em seguida, a presidente destacou ações já realizadas, como o evento
331 Mulheres na Arquitetura, participação no Congresso Estadual de Municípios,
332 Memorando de Entendimento entre CAU/SP e ONU Habitat, participação na Comissão
333 Organizadora da 7ª Conferência Estadual das Cidades, início das ações de
334 planejamento e estruturação do setor pela Fiscalização, ações de acolhimento nos
335 escritórios descentralizados. O Programa de Qualificação em Políticas Públicas para
336 Arquitetura e Urbanismo é o projeto piloto de residência já aprovado na gestão
337 passada e autorizado pelo CAU/BR para o fornecimento de bolsas e a presidente disse
338 que na gestão houve grande esforço para dar corpo à proposta, junto com Acordo de
339 Cooperação Técnica com a prefeitura de São Paulo, que o edital já está aberto e que já
340 foram montadas as Comissões de Seleção e de Monitoramento e Avaliação durante
341 um ano. Por fim, ela detalhou o início dos Polos de Referência no Território Paulista.
342 Em seguida, a presidente abriu para manifestações dos Conselheiros. O Conselheiro
343 **VICTOR CHINAGLIA JUNIOR** disse que para ele mais do que 100 dias de ações são 100
344 dias do novo Regimento que ainda requer, segundo ele, um debate mais aprofundado
345 pelo plenário, considerando o novo coletivo criado, que é o Fórum de Comissões, que
346 nasceu para ser um defensor da democracia no Conselho e que carece da formulação
347 de política para seu funcionamento, para que não se torne órgão meramente
348 burocrático. O Conselheiro **SORIEDEM RODRIGUES** disse ter notado a preocupação
349 justa do Conselho, refletida no planejamento, com os jovens profissionais, mas que
350 sentiu falta de atenção com pessoas acima de 60 anos, inclusive para que jovens
351 possam se espelhar. A vice-presidente **ANDREIA DE ALMEIDA ORTOLANI** apresentou
352 os trabalhos realizados nos primeiros 100 dias em que está à frente da vice-presidência
353 e destacou que é a primeira vez que uma mulher arquiteta, autodeclarada preta,
354 ocupa tal cargo. **ITEM VII. Assuntos de Interesse Geral: Atendimento Digital**
355 **(apresentação)**. A presidente informou que a apresentação seria feita pelo Ronaldo
356 Rodrigues, assessor-chefe de tecnologia e pela Gabriela Martins, coordenadora de
357 atendimento, lembrando que o atendimento está 100% digital, com quadro com
358 números de atendimento em tempo real. Ao final da apresentação a presidente
359 complementou que a plataforma integrada de atendimento primeiro melhora o dado,
360 dá uma percepção melhor dos atendimentos que o CAU/SP realiza. Em segundo ela
361 destacou as potencialidades e possibilidade que se colocam a partir da uma plataforma
362 integrada, com dados de atendimento em tempo real, que permite ações rápidas de
363 melhoria, citando como exemplo as ações tomadas para atendimento do aumento da
364 demanda de 250% nos pedidos de registro de PJ, ocorrido recentemente em função do
365 prazo para credenciamento na Caixa Econômica. **CAMILA MORENO DE CAMARGO**
366 abriu então para manifestações dos Conselheiros. O Conselheiro **JOSÉ ANTONIO**
367 **LANCHOTI** fez um pedido para que nas próximas apresentações seja dada atenção
368 para aqueles que não conseguem enxergar, porque ele mesmo não enxergou nada do
369 que foi apresentado e deixou uma provocação para que sejam consideradas as
370 dificuldades, por exemplo de um Conselheiro que tem com deficiência visual e que
371 precisa acessar e isso tem que ser garantido, ele não está conseguindo prestar contas
372 no aplicativo, e de um arquiteto que não tem os braços, mas que consegue acessar o
373 celular por comando de voz se o aplicativo ou plataforma permitir tal acessibilidade. A



374 Conselheira **JANE MARTA DA SILVA** salientou que o atendimento é a entrada de
375 contato do profissional com a instituição e que fica muito feliz com a integração, mas
376 que ainda precisa avançar e melhorar para dar suporte aos profissionais que estão
377 carentes de informação, não só os recém formados, mas sobretudo os que já estão há
378 muitos anos no mercado e expressou algumas dúvidas: se o modo de atendimento
379 será de fácil acesso, ou seja, se serão necessários poucos cliques, no máximo três; se a
380 plataforma estará disponível também em mobile; se há a possibilidade de vice-versa,
381 ou seja, o profissional entrara em contato e o CAU/SP poderá entrar em contato
382 também com o profissional; o atendimento das regionais é grande, há uma demanda
383 que a regional precisa ser atendida; a questão da contagem dos atendimentos não
384 ficou clara, por exemplo, se a mesma pessoa está entrando em contato 10 vezes para
385 tirar dúvidas sobre RRT ela entende que está atendendo 10 vezes; outro ponto que
386 chama muito atenção é que por mais que deva avançar com a tecnologia o presencial
387 nunca deve ser esquecido e abandonado e não pode ser somente com horário
388 marcado. O Conselheiro **PAULO ANDRÉ CUNHA RIBEIRO** disse ter ficado feliz ao ver
389 que uma demanda antiga foi atendida com relação ao número de atendimentos feitos
390 pelas regionais que, como apresentado, é o dobro dos atendimentos da capital. Ele
391 acredita que o sistema vem solucionar os três anos de dúvidas em que ele ficou
392 pensando como resolver, que foi direcionar o atendimento para quem tem a resposta
393 e pode dar andamento e retorno efetivo. No entanto ele observou que o site precisa
394 ser ajustado de forma que oriente o usuário a encontrar as repostas que ele precisa,
395 porque estão todas lá, mas nem sempre o usuário consegue encontrar, e é o tipo de
396 atendimento que até o momento só se consegue contemplar dizendo para ele como
397 acessar. A Conselheira **HAINRA ASABI ALVES COSTA** externou algumas preocupações
398 sobre: como lidar com a lei de segurança de dados, como se precaver; com a exclusão
399 digital, porque há colegas que têm dificuldade de acesso até pela idade; uma
400 ferramenta com esse aporte não tem regulamentação de como utilizar, por exemplo,
401 banco de dados de profissionais de todo o estado, mas é preciso regulamentar seu
402 uso. A Conselheira **MARIA CRISTINA PINHEIRO MACHADO SANCHES** questionou se
403 poderá haver relatórios periódicos sobre as questões tratadas nos atendimentos e
404 encaminhados às Comissões pertinentes, para que promova maior aproximação com
405 os profissionais. O Conselheiro **EDER ROBERTO DA SILVA** acrescentou que algumas
406 ações devem ser pensadas no âmbito do CAU/SP, mas deve-se procurar estabelecer
407 uma relação com o CAU/BR, num sistema nacional. Ainda para ele, o IGEO por
408 exemplo é um recurso pago exclusivamente pelo CAU/SP e pode ser usado por todo o
409 sistema CAU. A Conselheira **MÁRCIA MALLET** complementou a fala do Conselheiro
410 EDER, porque para ela o Conselho está fazendo um trabalho que é do BR e que é pago
411 pelo CAU/SP. Ela citou como exemplo o SICCAU que não atende as necessidades dos
412 arquitetos de São Paulo e o aplicativo que está em desenvolvimento pelo CAU/SP que
413 tem que obedecer a normas que não se adequam à realidade de São Paulo, como no
414 caso de plano de viagem e de diárias. O Conselheiro **GILBERTO SILVA DOMINGUES DE**
415 **OLIVEIRA BELLEZA** argumentou ser necessário informar o tempo de espera em cada
416 um dos processos, para que o usuário tenha opção. Ainda para ele, o fato de poder
417 detectar o usuário que entra em várias áreas preocupa, porque a pessoa só procura
418 outros atendimentos quando o primeiro que ele fez não atendeu. Por fim, ele sugeriu
419 que se coloque em todos os atendimentos uma enquete sobre o grau de satisfação do
420 usuário ao final para que se possa aferir. O Conselheiro **MARCELO MONTORO**



421 observou que com relação às demandas por exemplo, quando um Conselheiro faz um
422 atendimento personalizado a um colega arquiteto este fica muito satisfeito. É claro
423 que o aplicativo deveria ter a capacidade de resolver questões primárias, que o SICCAU
424 não resolve, mas se o aplicativo conseguir isso os Conselheiros ficam livres para
425 resolver outras questões que não se resolvem com respostas automáticas. Inclusive,
426 para ele, é importante que os Conselheiros possam de fato participar, de alguma
427 forma em alguma seção dos aplicativos, e pegar casos nos quais as repostas
428 automáticas não resolvem e ajudar. Ainda, para as novas gerações que se adaptam a
429 tutoriais isso atende, mas não pode prescindir dos outros que preferem atendimento
430 escrito ou falado, todas as alternativas são importantes. A presidente comentou sobre
431 a regulação do uso dos dados e a forma como o Conselho se comunica com os
432 arquitetos, a partir de uma leitura dos dados, e que não há necessidade de regulação,
433 justamente porque já existe a obrigatoriedade de atendimento à LGPD e há dentro da
434 própria lei um momento que trata do uso de dados pelos órgãos públicos. Ela ainda
435 esclareceu que uma parte é atendimento, quando o Conselho é procurado, mas por
436 esse mesmo canal o Conselho consegue ser ativo, por exemplo com comunicações de
437 cobrança. Lembrou também que um dos projetos que foi preliminarmente
438 sistematizado é o de transparência ativa e monitoramento da gestão e que a ideia é
439 que justamente se parta dos dados de atendimento com um plano de comunicação,
440 para maior aproximação com os arquitetos e que seja desenvolvida uma ferramenta
441 de monitoramento público das ações da gestão. Ela ainda solicitou que não fossem
442 tratadas questões relativas ao aplicativo na plenária em voga, por não ser objeto do
443 ponto e estar em desenvolvimento ainda, apenas da plataforma de atendimento.
444 Respondendo ao Conselheiro **EDER ROBERTO DA SILVA** a presidente disse que na
445 reunião que teve com a presidente do CAU/BR ofereceu solução, desenvolvida no
446 CAU/SP e que ela não tem oposição em colocar aporte maior, que não seja recurso
447 que não sabe como e onde será gasto, mas seja a solução que melhore e resolva, por
448 exemplo, o problema de atendimento que um CAU básico possa ter. O assessor-chefe
449 de tecnologia passou a respostas generalizadas sobre os questionamentos levantados
450 pelo Conselheiros e de pronto se desculpou pela impossibilidade de leitura pelo
451 Conselheiro **JOSÉ ANTONIO LANCHOTI** reconhecendo a falha de comunicação no
452 material da apresentação. No geral existe preocupação com a LGPD e tudo o que foi
453 colocado na plataforma está alinhado com a lei. O aplicativo de atendimento é
454 responsivo e funciona também em celulares e tablets, a solução está rodando na sua
455 integralidade durante o mês e o processo de atendimento automatizado ainda é pouco
456 utilizado. Ele ainda informou que ter disponível o atendimento por bot não impede o
457 contato por outros meios, por isso é chamado de multicanal, inclusive presencial e em
458 todos tem pesquisa de satisfação ao final, a qual o usuário é convidado a responder,
459 mas não obrigado. Também no atendimento automático a qualquer momento o
460 usuário pode dizer que quer ver o tutorial do SICCAU ou uma normativa e ele é levado
461 diretamente para lá. Como última informação ele disse que até o fim do mês será
462 assinado o aditivo com o provedor de e-mail do CAU/SP e os suplentes terão suas
463 contas de e-mails e que quanto ao recurso para portadores de deficiência visual o
464 aplicativo usado pelos Conselheiros não tem recurso para preenchimento das
465 informações. O Conselheiro **JOSÉ ANTONIO LANCHOTI** afirmou que enquanto o
466 aplicativo não atender todos os Conselheiros, incluindo o colega portador de
467 deficiência visual, ele não deve ser utilizado. Para ele é condição essencial para que se



468 tenha a inclusão dentro do Conselho. Retomando a Reunião Plenária, a presidente
469 **CAMILA MORENO DE CAMARGO** confirmou o quórum regimental como suficiente
470 para reinício dos trabalhos e passou ao **ITEM VIII. ORDEM DO DIA: 1. Reconhecimento**
471 **de registro para cursos EaD (Origem: CD-CAU/SP)**. A coordenadora técnica de Ensino
472 e Formação, Velta Oliveira, fez uma apresentação com a introdução do ponto de
473 pauta. Em seguida, **CAMILA MORENO DE CAMARGO** reforçou a fala final da
474 coordenadora técnica, que apresentou uma linha do tempo sobre o tema e a
475 deliberação do CAU/BR, que precisa ser cumprida por todos os CAU/UF. Ela ainda
476 informou que o tema também foi discutido no Fórum dos Presidentes, onde houve
477 consenso de acatamento, embora cada estado irá se pronunciar diante da questão,
478 inclusive porque o último item da deliberação do BR abre a possibilidade de
479 posicionamento. Por outro lado, ela continuou, a coordenadora técnica também
480 trouxe ações que são alternativas e somam, que são de competência da CEF de
481 continuar promovendo o debate sobre a qualidade do ensino e a reativação do GT foi
482 uma deliberação da CEF, com ampliação das diligências por todo o estado, e a criação
483 de uma Câmara Temática que continuará discutindo o tema. Ela ainda destacou que a
484 partir da homologação das DCN haverá um hiato que promoveu a formação de uma
485 série de estudantes por EAD e que o Conselho tem a obrigação de preencher tanto
486 quanto possível as lacunas desses estudantes que são vítimas do mercado e tiveram
487 sua formação prejudicada. A coordenadora-adjunta da CEF, **CLARISSA DUARTE DE**
488 **CASTRO SOUZA**, complementou dizendo que no encontro em Brasília uma das
489 questões reforçada foi a aproximação do CAU com o MEC e que inclusive em março o
490 CAU esteve reunido com o ministro, pela necessidade de homologação das DCN e que
491 a CEF pensa agora em como atuar diante do novo cenário colocado, reafirmando que o
492 CAU não está parado quanto à questão. A presidente abriu para manifestações e a
493 Conselheira **ARLETE MARIA FRANCISCO** disse que esteve na reunião da CEF e a
494 matéria foi encaminhada de forma precipitada e discorda da coordenadora-adjunta
495 quando disse que o tema foi discutido, mas sim acatado, porque os demais
496 conselheiros ficaram sem reação. Depois de passada a reunião a Conselheira disse
497 trocou mensagens com Conselheiras da CEF/BR e CEF/UF e que todos ficaram
498 surpresas com a correria que foi o encaminhamento, com a pressa com a qual foi
499 tomada a decisão. As demais UFs estão debatendo com mais tempo, porque o
500 processo do CADE acontece desde 2019 e destacou que já houve muita discussão,
501 muitos processos e registros judicializados, quando solicitados pelo juiz e ao mesmo
502 tempo foi se fazendo um trabalho de verificação dessas instituições e em momento
503 nenhum foi avaliada a qualidade, mas sim regularidade desses cursos, que estavam
504 contra DCN e contra legislação de EAD. Ela ainda ressaltou duas importantes vitórias,
505 uma delas ano passado em que o juiz deu ganho de causa ao CAU/SP, porque
506 entendeu os argumentos. Finalizando, a Conselheira disse que talvez não haja mais
507 nada mesmo a fazer, mas pelo menos terão segurança de que de fato não há mais
508 nada a fazer e que vê como retrocesso a deliberação do CAU/BR, às vésperas das DCN
509 serem homologadas, inclusive correndo o risco de não serem homologadas, diante do
510 recuo do CAU. E pediu que a matéria fosse retirada de pauta, retornasse à CEF para
511 que se tenha mais tempo para reflexão e retorne na próxima plenária com mais
512 certeza das decisões, uma vez que não se sabe nem o prazo dado pelo CADE para os
513 registros e gostaria que tivesse um parecer e análise do jurídico do CAU/SP. A
514 presidente argumentou que não há deliberação a ser feita sobre a matéria, mas



515 apenas apresentação à plenária e que em verdade não há o que se acatar ou não, não
516 há decisão a tomar, a deliberação do CAU/BR precisa ser cumprida e não há prazo para
517 tal, apenas o cumpra-se. Ela também informou que no momento os CAU/RJ, PR, ES,
518 MG já se organizaram e já procederam os registros solicitados, cumprindo a
519 deliberação do CAU/BR, lembrando que há estados que não têm nenhuma solicitação
520 de registro. Não há como retirar de pauta o debate, inclusive porque tem que ser
521 ampliado, finalizou a presidente. A Conselheira **PAULA RODRIGUES DE ANDRADE**
522 considerou importante dar conhecimento a todos sobre o processo do CADE e se
523 houve recurso do CAU e que perder uma batalha não é perder a guerra e o desafio,
524 para ela, é administrar o vácuo de um passado que ainda está em curso e lidar com a
525 nova decisão de aprovar hoje o que amanhã pode ser negado novamente. A
526 Conselheira **JANE MARTA DA SILVA** sugeriu unir forças com profissões correlatas. A
527 Conselheira **MONICA ANTONIA VIANA** disse que seria importante conhecer a posição
528 do MEC, Inep, do Conselho Nacional de Educação sobre o assunto, que inclusive
529 acabou de reverter o 100% EAD para formação de professores e ver qual a situação
530 junto a demais Conselhos que estão na mesma situação para ações de curto prazo. O
531 Conselheiro **FRANCISCO OTAVIANO MERLI DO AMARAL** destacou que se trata de
532 questão gravíssima, porque o CAU tem responsabilidade, acima de tudo, com a
533 sociedade brasileira, com as famílias que consomem arquitetura e urbanismo,
534 construções públicas e privadas, sendo que foi observada a gravidade da falta de
535 qualidade dessas instituições em oferecer seus serviços. Para ele, o CAU tem
536 reponsabilidade de levar isso ao MEC e ao CADE para que eles assumam a
537 responsabilidade e respeitem a autarquia federal que tem a responsabilidade de zelar
538 pelo espaço público e privado e o direito de apontar as necessidades de correção.
539 Ainda segundo o Conselheiro o CAU pode sim exigir que as instituições de ensino, para
540 que a sociedade não seja prejudicada, façam a complementação de tudo que foi
541 prometido e não foi prestado, caso contrário não só aqueles estudantes que fizeram os
542 cursos estarão sendo prejudicados, mas sim a sociedade brasileira. E complementou
543 dizendo que cabe nesse momento acatar a regulamentação desde que sejam feitos os
544 complementos necessários para que se cumpra com o programa mínimo e com a
545 qualidade necessária para atender a sociedade brasileira. O Conselheiro **PAULO**
546 **ANDRÉ CUNHA RIBEIRO** lembrou que a discussão em torno do tema vem desde 2012,
547 para garantir a qualidade do ensino e ressaltou que toda a luta culminou nas DCN que
548 estão prestes a serem homologadas, e que os esforços têm que ser empreendidos
549 junto ao MEC para que de fato sejam homologadas. O Conselheiro **FERNANDO NETTO**
550 disse que não há arquiteto que fique feliz com a decisão tomada e todo o debate não é
551 contra pessoas, mas sim contra a má qualidade da formação e reforçou que ainda bem
552 que há as DCN prestes a serem homologadas que traz um trabalho sério, muito bem
553 embasado e pautado na qualidade do ensino. A Conselheira **DANIELLE SKUBS**
554 complementou, como coordenadora de curso de instituição privada e docente, que
555 não se pode só apostar na homologação das DCN, que apesar de serem maravilhosas
556 devem fechar uma série de instituições, e perguntou como está o debate com o MEC
557 acerca das DCN, porque ela acha difícil as mantenedores aprovarem do jeito que está,
558 até porque não estão muito preocupados com a avaliação do MEC. Além disso, a
559 Conselheira lembrou que a docência é atribuição profissional, embora pouco
560 registrada, e que a fiscalização tem que ser reforçada na docência, porque há
561 professores que assumem esses cursos, embora conhecedores da qualidade, porque é



562 uma proteção da sociedade e do aluno desses arquitetos docentes que assumem e
563 deixam as pessoas se formarem com polos que não existem, por exemplo. A
564 Conselheira **IARA RIBEIRO DE BARROS CAMACHO** reforçou a falta de acesso dos
565 Conselheiros ao processo do CADE, que a incomoda e que seria importante ser
566 disponibilizado. O Conselheiro **JOSÉ ANTONIO LANCHOTI** disse que não houve
567 julgamento do processo, mas sim a condenação do CADE com o CAU, que fez um
568 acordo para não pagar a multa. O processo ainda vai para o Tribunal, mas com certeza
569 será perdido e a ideia é que isso seja interrompido. Segundo ele o CAU é um órgão
570 público e tem que acatar as decisões. E a lei diz que será registrado aquele profissional
571 que vem de uma escola reconhecido pelo MEC. Outra questão que tem surgido, de
572 acordo com o Conselheiro, é a qualidade do ensino, que foi colocado que compete ao
573 MEC. Não, ao MEC compete a regulação e o registro de funcionamento das
574 universidades. E a qualidade do ensino está ruim não só no EAD, há escolas presenciais
575 tão ruins quanto, que agradecem quando recebem um 3, porque estão funcionando e
576 os diplomas não vão com nota. Para ele, tem-se que abrir discussão, na Câmara
577 Temática que será criada, sobre a qualidade do ensino, com um instrumento de
578 qualidade. O Conselheiro **DANIEL PASSOS PROENÇA** registrou o retrocesso durante a
579 pandemia nos cursos de Arquitetura e Urbanismo e que as questões todas que já
580 foram colocadas devem ser retomadas. O Conselheiro **GILBERTO SILVA DOMINGUES**
581 **DE OLIVEIRA BELLEZA** apenas salientou que a luta é contra o poder econômico e não
582 apenas contra algumas escolas e que acha que estão fazendo besteira atrás de
583 besteira, diante da situação que se pôs agora. O conselho não está conseguindo nem
584 cobrar o registro em cargo e função de colegas docentes de instituições e ensino. O
585 relato deixou claro que as irregularidades apuradas nas diligências feitas devem ser
586 publicizadas, como por exemplo a inexistência de um determinado polo e começar a
587 assumir riscos, mesmo que gere um posterior processo judicial. O Conselheiro **EDER**
588 **ROBERTO DA SILVA** ressaltou que como autarquia federal o CAU só pode fazer o que
589 está na lei, mas o que pode feito deve ser feito, como o debate e manifestações que
590 ocorrem e promover o debate também com coordenadores de cursos de
591 universidades. A Conselheira **HAINRA ASABI ALVES COSTA** disse ser importante
592 ressaltar que o público da universidade privada, salvo poucos casos, é basicamente a
593 população preta, pobre e periférica do país e em que pese seu descontentamento com
594 uma má formação e à distância, porque inclusive tem universidade presencial que
595 sequer presta uma boa formação a esse aluno, quem é prejudicado na base é a
596 sociedade que ela representa. Para ela, é muito fácil chegar e dizer que vai negar o
597 direito desse estudante de atuar no mercado, porque o curso de arquitetura já é uma
598 reserva de mercado, o valor da mensalidade já é uma reserva de mercado, agora o
599 mínimo passo que a juventude tem de poder sonhar aí o CAU, que diz se preocupar
600 com a sociedade, quer bloquear que esse profissional possa exercer dignamente a sua
601 profissão. A Conselheira considerou que a discussão, válida tanto para universidade à
602 distância quanto para a presencial, é a que ponto ela está formando ou não bons
603 arquitetos na sociedade, mas não tem o direito de romper com o sonho daquele jovem
604 estudante que não representa só ele, mas às vezes é o primeiro de toda uma geração
605 de uma família a chegar à sua formação acadêmica, a sentar num banco de
606 universidade. “Nós temos que entender com quem estamos falando e pensar quais
607 políticas teremos que fazer para que esses estudantes tenham melhorias na sua
608 formação” ela concluiu. O Conselheiro **SORIEDEM RODRIGUES** disse que não gostaria



609 de contradizer ninguém, mas o colocado pela antecessora não é privilégio de cor,
610 origem, mas sim um problema de ensino e educação e entende que quem traz o
611 problema e não traz a solução é parte do problema. O assessor jurídico do CAU/SP,
612 Ricardo, fez um esclarecimento acerca do processo do CADE, ao qual ele também não
613 teve acesso ainda, mas disse que o CADE também é autarquia federal, é órgão
614 regulatório que atua na regulação de mercado e parece que a denúncia das
615 instituições de ensino foi justamente essa, que o CAU, ao negar os registros estaria
616 atuando no mercado, na parte econômica mesmo, impedindo que as instituições
617 exercessem atividade no mercado, porque lá na frente elas teriam seus egressos com
618 registro indeferido. Pelo que entendemos, ele continuou, os órgãos técnicos do CADE
619 elaboraram uma nota que seria encaminhada ao tribunal do CADE, composto pelos
620 conselheiros, recomendando que fosse acatada a denúncia e consequente condenação
621 do CAU nas sanções todas descritas pela Velta Oliveira. Antes que isso fosse ao
622 plenário, o CAU/BR propôs acordo de cessação, não se sabe o motivo, mas
623 basicamente foi isso e com o acordo o processo está paralisado e foi o próprio CAU
624 que ofereceu o acordo. Ainda, para cumprir com o acordo o CAU emitiu a deliberação
625 para todos os CAU/UF tomarem as providências no âmbito de sua competência. Em
626 resumo, é um processo administrativo do CADE que não chegou a ter condenação
627 porque antes disso o CAU/BR propôs acordo de cessação do processo, sob as
628 condições apresentadas anteriormente pela Velta. A coordenadora técnica de Ensino
629 e Formação respondeu algumas dúvidas de conselheiros – sobre outros conselhos e
630 cursos, o CAU/SP se baseia também em teses jurídicas de outros, a exemplo do curso
631 de educação física; sobre a questão do ensino, existe normativa do MEC que autoriza
632 os cursos a oferecerem de 20 a 40% do curso à distância em cursos de graduação e a
633 partir desse momento não pode haver distinção na modalidade à distância e presencial
634 e as ações não podem somente focar no ensino à distância, mas nos cursos como um
635 todo; quanto à sociedade, a tese também é com base na Resolução 21 do CAU, que
636 versa sobre as atribuições profissionais para a sociedade; e, com relação aos egressos,
637 como o setor é a porta de entrada do Conselho são atendidos muitos egressos de
638 forma presencial e a própria coordenadora disse ter recebido e-mails que tocaram o
639 coração, de pessoas dizendo que esse era o único curso da vida delas, e sempre, todos
640 os funcionários do setor, tivemos a sensibilidade de explicar que o Conselho não é
641 contra elas, de forma humana, porque são sabedores de que esses egressos é que são
642 os prejudicados por ter a ilusão e da urgência dessas pessoas em trabalhar. A
643 coordenadora-adjunta da CEF, **CLARISSA DUARTE DE CASTRO SOUZA** apenas reforçou
644 que a CEF está trabalhando para garantir qualidade do ensino e da formação. A
645 presidente sugeriu então, como encaminhamento, que a CEF organize os pontos do
646 debate e solicite formalmente vistas no processo inteiro, a manifestação do jurídico,
647 inclusive apontando os pontos mais sensíveis e instrua um segundo debate do
648 plenário, onde se possa inclusive aventar a construção de um posicionamento para
649 que o CAU/SP responda pelo tamanho que tem, que é mais ou menos o que os outros
650 estados estão fazendo. **ITEM VIII. ORDEM DO DIA: 2. Prestação de contas do 1º**
651 **trimestre de 2024 (Origem: Gerência Financeira e CPFi-CAU/SP).** O contador do
652 CAU/SP João Constantino fez a apresentação que, segundo a presidente, foi um
653 balanço do primeiro trimestre e que orienta as discussões para a reprogramação e
654 abriu para manifestações. O coordenador da CPFi destacou que o balanço foi aprovado
655 por unanimidade na Comissão, que as previsões vêm se concretizando, reforçando o



656 modelo de prudência fiscal e que os compromissos vêm sendo rigorosamente
657 cumpridos. O Conselheiro **JOSÉ BORELLI NETO** sugeriu, considerando a arrecadação
658 acima do previsto, que seja retomada a discussão sobre a isenção das pessoas
659 jurídicas, uma vez que as pessoas físicas que são sócias da PJ já pagam anuidade,
660 seguindo exemplo de outros Conselhos que já adotaram a medida. O Conselheiro **LUIZ**
661 **ANTONIO CORTEZ FERREIRA** disse que apoia a moção do colega, mas lembrou que
662 nem todas as pessoas jurídicas são uma sociedade de arquitetos e essa isenção seria
663 correta exclusivamente para sociedades de arquitetos. O Conselheiro **GILBERTO SILVA**
664 **DOMINGUES DE OLIVEIRA BELLEZA** complementou, trazendo informação inclusive
665 para o jurídico que a OAB perdeu a obrigatoriedade de cobrar das empresas, numa
666 decisão recente do Supremo e é bom se pensar sobre o reflexo disso em todos os
667 Conselhos. A presidente fez então a leitura da minuta de deliberação e colocou em
668 votação que contou com 51 votos a favor, nenhum contra e nenhuma abstenção.
669 Aproveitando ainda a presença de quórum suficiente, a presidente sugeriu passar ao
670 ponto Extra pauta, sobre o calendário de reuniões, o que foi acatado pela plenária.
671 **ITEM VIII. ORDEM DO DIA: 6. EXTRA PAUTA: Calendário de reuniões 2024 (Origem:**
672 **CD-CAU/SP).** Foi feita a apresentação do calendário e alterações propostas, a
673 presidente fez a leitura da minuta de deliberação e colocou em votação que contou
674 com 44 votos a favor, nenhum contra e 5 abstenções. **ITEM VIII. ORDEM DO DIA: 3.**
675 **Apresentação das diretrizes orçamentárias para reprogramação (Origem: Gerência**
676 **Financeira e CPFi-CAU/SP).** A presidente informou tratar-se de ponto informativo e
677 não deliberativo e a gerente Karina Veglione fez a apresentação, alertando para o
678 cronograma que é apertado, segundo ela. A Conselheira **DANILA MARTINS DE**
679 **ALENCAR BATTAUS** perguntou como funciona a programação orçamentária das
680 Câmaras Temáticas, que pelo Regimento são vinculadas a uma Comissão permanente
681 e têm atividades ordinárias. A gerente respondeu que é plano de ação específico e já
682 há recursos específicos para Câmaras Temáticas, no entanto as ações devem conversar
683 com o Planejamento Estratégico e se for uma ação específica, uma atividade de diárias
684 e deslocamentos, vai para o plano de ação da Câmara Temática. O Conselheiro
685 **EDERSON DA SILVA** disse ser importante lembrar às Comissões, que estarão
686 elaborando os planos, que as Subcomissões, que envolvem diárias e deslocamentos,
687 devem estar previstas, caso contrário a Comissão não terá recursos para isso. A
688 Conselheira **DANILA MARTINS DE ALENCAR BATTAUS** perguntou ainda se os planos de
689 ação serão encaminhados para as Comissões que proponham Câmara Temática para
690 que façam um “segundo” plano de ação e a gerente respondeu que sim, se não tiver
691 indicado ainda vai colocar no plano de ação agora ou vai manifestar a necessidade de
692 criação. O Conselheiro **RAFAEL PAULO AMBROSIO**, na tentativa de elucidar melhor a
693 questão, explicou que tanto a Câmara Temática, quanto a Subcomissão precisam ser
694 previstas no plano de ação da Comissão e não em plano à parte. O Conselheiro **JOSÉ**
695 **ANTONIO LANCHOTI** perguntou: se surgir uma Câmara Temática após a aprovação a
696 Câmara já encaminha com uma previsão orçamentária de sua existência e novamente
697 passa por votação? Não, tem que esperar a próxima, respondeu a presidente. A
698 gerente Karine retomou então a sequência da apresentação. Ao fim, a presidente
699 **CAMILA MORENO DE CAMARGO** ressaltou que a equipe e os analistas que
700 acompanham as Comissões estão à disposição e cientes do calendário e encerrou a 4ª
701 Reunião Ordinária, Gestão 2024 – 2026, agradecendo a presença de todas e todos.

CAMILA MORENO DE CAMARGO

Presidente do CAU/SP

Ata da 4ª Reunião Plenária Ordinária – Gestão 2024-2026 – Página 15 de 15